CRUZEIRO SEMIÓTICO

ARTIGO ARTÍCULO

LÍNGUA FALADA — LÍNGUA ESCRITA — LÍNGUA PLANEJADA

LENGUA HABLADA — LENGUA ESCRITA — LENGUA PLANIFICADA

SPOKEN LANGUAGE — WRITTEN LANGUAGE — PLANNED LANGUAGE

ROLAND POSNER

Technische Universität, Alemanha

PUBLICAÇÃO ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO
1984

PUBLICACIÓN ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO
1984

COMO CITAR CÓMO CITAR

POSNER, R. Língua falada - Língua escrita - Língua planejada. **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-13, jan.-jun., 2025.

Diz-se que 'No princípio era o verbo'. Se isso é certo, podemos admitir que logo depois do princípio surgiu um homem inteligente, que se queixou, junto dos outros membros da sua estirpe, da inadequabilidade do verbo e apresentou planos para a introdução de melhores

Max Black[1]

ESFORÇO NECESSÁRIO À COMUNICAÇÃO

Quem executa uma determinada ação, fá-lo por acreditar que com isso pode melhorar a sua situação em comparação com as circunstâncias que ocorreriam se ficasse inativo ou encetasse ações alternativas. Essa pessoa não agiria, se calculasse que o benefício relativo esperado da ação era inferior ao do esforço a ela necessário (Lewis, 1975 p. 8 e seguintes e Moles & Rohmer ,1977, p. 64). Comunicação (e não significação: Dirscherl, 1981, p. 388 e seguintes.) é ação. Também uma mensagem só é produzida quando se espera que o seu benefício seja maior que o esforço com ela despendido.

O cálculo da relação custo-benefício pode aplicar-se também aos instrumentos da comunicação, aos signos e sistemas de signos. "Por que complicar se há um caminho mais simples?", pergunta o professor na escola, e "Não faz isso por menos preço?" – é o que se ouve ao homem de negócios. Ambas as expressões se aplicam hoje também com toda a naturalidade a formulações linguísticas, quando se trata de estigmatizar o circunstancialismo supérfluo ou a excentricidade no uso da linguagem. E o que é válido para signos isolados e para complexos de signos, aplica-se também a códigos inteiros e a sistemas semióticos mais amplos. Onde houver dois códigos diferentes disponíveis para a representação do mesmo campo de objetos, é preferido aquele que exigir menor esforço que o outro.

MUDANÇA DE CÓDIGO

O sistema numérico indo-arábico impôs-se na Europa do séc. XV até ao séc. XVII, e em detrimento do sistema romano, porque nele:

— Se pode comunicar números em qualquer quantidade sem o auxílio de meios "ad hoc";

1 Black (1973, p.161). A tradução aqui utilizada apresenta, por razões estilísticas, um desvio insignificante em relação à formulação da tradução do livro.

— Se pode escrever e ler, em média de modo mais fácil, números acima de 100;

— São possíveis, no papel, operações com números, como a multiplicação e a divisão, tornando-se deste modo supérflua a dupla codificação dos números do papel para um instrumento de cálculo (o ábaco) e novamente para o papel depois de efetuado o cálculo[2].

Estas foram vantagens excepcionalmente práticas que na administração, no comércio e no sector bancário levaram a um aumento de produtividade semelhante ao provocado pela introdução, nos nossos dias, do processamento eletrônico de dados que transformará em lugar-comum as operações de pagamento, não só dispensando o manuseamento de dinheiros, mas em breve também dispensando o manuseamento de papéis. Tal como esta, também a transição para o sistema numérico indo-arábico acarretou grandes consequências teóricas: o novo sistema de signos permitiu operar com números que, antes, pareciam inatingíveis. Proporcionou a formulação de questões que até então não puderam ser formuladas. O rápido progresso da mecânica teórica com o auxílio do cálculo diferencial e o da astronomia teórica com o auxílio do cálculo integral teria sido impossível com base nos algarismos romanos.

Esta evolução mostra quão essencial é um sistema semiótico eficiente para a exploração prática e para a perscrutação teórica dum campo de objetos. Cria uma margem de manobra à ação e ao pensamento e impõe-lhes simultaneamente limites. É que, como as mensagens que ultrapassam a potência do sistema estão dependentes de meios "ad hoc", a sua complexidade eleva-se rapidamente numa medida que dissuade de tarefas de maior envergadura. Pense-se só nas razões pelas quais os Gregos, cuja geometria foi insuperável durante dois milénios, ficaram na aritmética tão atrasados em relação aos Babilônios. Ou nas razões pelas quais os Chineses, que descobriram a pólvora e a porcelana muito antes dos europeus, deixaram para estes as descobertas teóricas que tornaram possível a Revolução Industrial. A resposta a ambas as perguntas tem a ver com o sistema numérico[3]. Signos e cultura são interdependentes como o esteio e as gavinhas duma planta trepadeira, tendo o esteio de ser renovado não só depois de as gavinhas terem ultrapassado o seu apoio em demasiados pontos, mas também quando o crescimento dessas gavinhas não vai para além de determinado limite se não forem suportadas pelo esteio.

2 Cfr. Posner (1983, p. 151 – 158)

3 Cfr. Menninger 1934, bem como o capítulo "Sobre o sentido dos números" em Der Untergang des Abendlandes (O ocaso do Ocidente) de Spengler (1923-1972, p. 71-124).

É certo que também a substituição do velho esteio por um novo acarreta custos – custos que podem ser tão elevados que parecem não valer a pena em relação ao benefício esperado. Já no início dos Tempos Modernos era encarniçada a disputa entre os inovadores e os que queriam manter "os nossos antigos algarismos alemães, que imitam tão naturalmente os números", isto é, os algarismos romanos (!)[4] . Abstraindo do esforço de aprendizagem de novos signos-base "1", "2", "3", "8", "9", "0", houve aqui também que levar a melhor sobre inovações semióticas de natureza inaudita até então:

— Os algarismos romanos têm um valor constante ("I" significa em todas as posições "1", "V" — significa sempre "5"), enquanto o "1" e o "5" em "125" e em "521", dependentes do contexto como são, parecem estar por números absolutamente diferentes.

— Signos complexos devem interpretar-se, no sistema numérico romano, pela adição ou subtração dos valores dos signos-base tomados de per si ("VI" significa V somado a I, "IV" significa I subtraído de V). O sistema numérico indo-arábico exige suplementarmente à adição um tipo de cálculo superior, a multiplicação, não de valores dos signos-base tomados em si, mas de valores que são indicados pela respectiva posição do multiplicando no signo total (o seu valor posicional) ("15" deve ser interpretado pela adição de 5 ao produto de 1 por 10, "125" deve ser interpretado pela adição de 5 ao produto de 2 por 10 e ao produto de 1 por 100)[5].

— Mais difícil do que a dependência contextual do valor do algarismo e mais difícil do que o uso da multiplicação como operação interpretativa, foi tornar inteligível ao espírito comum o "status" semiótico do zero no sistema indo-arábico: o fato de o acrescentamento de nada ("0") a alguma coisa (p. ex. "2") ter, no caso de "20", como resultado uma decuplicação, pareceu aos contemporâneos de Adam Riese obra do diabo[6]. A perplexidade semi-

4 Cfr. Menninger 1934: II 86-101; ver igualmente Smith & Karpinski (1911:149 ss): "As to Germany the fifteenth century saw the rise of the new symbolism, the sixteenth century saw it slowly gain the mastery, the seventeenth century saw it finally conquer the [Roman] system that for two thousand years had dominated the arithmetic of business".

5 Cfr. o circunstancialismo com que Adam Riese (1525, p. 6) explica o valor posicional dos algarismos: "Numerirn heyst zelen/leret wie man iegliche zal schreiben un aubsprechen sol/ darzu gehoern zehen figura also beschriben/ 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. O. Die ersten neun sind bedeutlich/ Die zehend gilt alleyn nichts/ sonder so sie andem fürgesetzt wirt/ mact sie die selbigen mehr bedeuten/ Und solt wissen das eia iegliche undergesatzte figur an der ersten stat/das ist gegen der rechten handt bedeut sich selbs/ An der andem gegen der lincken handt sovil zehen/ an der dritten sovil hundert/ und an der vierdten sovil tausent".

6 Alexander de Villa Dei escrevia já por volta de 1240: "Cifra nil significat, dat significare sequenti" (O zero não significa nada mas dá algum significado ao algarismo seguinte) [na posição imediatamente superior] — uma explicação em que é confundida a distinção semiótica entre significação (o designatum) de um signo e aquilo que através dele é denotado (o denotatum). Esta formulação volta a aparecer quase sem modificação na maioria dos manuais posteriores de matemática, até ao tempo de Adam Riese, e não contribuiu pouco para a confusão geral. Assim é que em The Ground of Artes de Robert Record, o S c h o l a r, no "Dialogue between the Maister and the Scholar, teaching the art and use of Arithmetike with the penne" põe a pergunta: "I am in doubt, whether 1 have doon well or no, because of the cyphers: for I remember, you told me that they do signifie nothing, and therefore I doubt whether I should recken them for a figure in setting of the prickles: and agayne I know not wherefore they serve". Ao que o M a i s t e r responde: "That will I tell you how: in deed they are of no value them self, but they serve to make by number of places, and so

ótica face ao zero, um signo em que alguma coisa (como sinal) se juntava a nada (como valor) para produzir múltiplos (pela concatenação com outros signos numéricos), levou a que o termo árabe para o zero, as - sifr, se transformasse, nas línguas nacionais europeias, numa expressão para designar algo de incompreensível, misterioso, dotado de forças mágicas — a cifra[7]. É assim que ainda o Bailey's English Dictionaiy de 1724 explica o significado da palavra inglesa correspondente com a seguinte frase: "Cifras são certos signos e letras estranhos, com que se escrevem cartas para que estas não possam ser entendidas"[8].

Apesar disso, o sistema numérico indo-arábico impôs-se. Tornou-se num dos poucos sistemas semióticos ideográficos usados em todo o mundo, e o seu uso parece-nos hoje tão óbvio, que tendemos a considerar absurdos os escrúpulos dos nossos antepassados, como também somos obrigados a reconstituí-los laboriosamente para os podermos reviver.

REFORMA DA LÍNGUA

O que se fez com êxito no âmbito da representação numérica ainda está por vir no domínio das línguas naturais a darmos crédito a Gottfried Wilhelm Leibniz. Tanto na aquisição da língua materna como na aprendizagem duma segunda língua na escola, as crianças tropeçam desde há milênios em absurdos gramaticais, cuja eliminação involuntária lhes é apontada pelos professores como "erros" e pelos psicólogos como "hipergeneralizações". Se a geração precedente não defendesse deste modo, tão tenazmente, as suas idiossincrasias aprendidas a tanto custo, os estudantes de línguas já teriam com certeza há muito tempo alterado as línguas naturais no sentido da simplicidade gramatical ótima[9]. Esta conjetura é confirmada pela evolução dos crioulos de certas regiões do mundo, em que os homens sem uma

maketh the figure following them to be in a further place, and therefore to signifie the more value, as in this example, 90, the cypher is of no value, but yet he occupied the first place, and caused 9 to be in the second place, and so to signifie X times 9, that is XC". Cfr. a polêmica de Frege (1983:XIV) contra Heine, Schubert e outros teóricos dos números: [...] Dab aber eia eirundes Gebilde, das man mit Tinte auf Papier hervorbringt durch eine Definition die Eigenschaft erhalten sollte, zu Eins addiert, Eins zu ergeben, kann ich nur für einen wissenschaftlichen Aberglauben halten. Ebensogut könnte man durch blobe Definition einen faulen Schüler fleibig machen".

7 A atual nomenclatura das línguas europeias é um indício evidente das dificuldades que os nossos antepassados tiveram na aprendizagem do sistema indo-arábico de representação numérica. A designação árabe as-sifr para o signo árabe semioticamente mais difícil de compreender (o zero) tomou-se a base da designação

1) do 0 (zero): lat. *zefirum*, ital. *zéfiro>zevero>zero*, fran. *zéro,* ingl. *zero*, novo-alto-alemão dos primórdios: *Zeiffer*,

2) de qualquer signo numérico árabe simples *0, 1, 2, 3...* (e mais tarde também para signos complexos como por ex. *125* e *521*): lat. *cifra*, fran. *chiffre*, ingl. *cipher,* al. *Ziffer,*

3) do cálculo em geral: fran. *chiffrer*, ingl. *ciphering*,

4) da descodificação de signos complexos difíceis de entender: fran. *déchiffrer*, ingl. *decipher,* al. *dechiffrieden,*

5) da codificação em código secreto: fran. *chiffrer,* ingl. to *chipher*, al., *chiffrieren*,

6) de um sinal secreto: fran. *chiffre*, ingl. *cipher*, al. *Chiffre.*

8 "C i p h e r s are certain odd Marks and Characters in which Letters are written that they may not be understood".

9 Cfr. Eichler & Hofer 1974.

língua comum são obrigados a desenvolver um instrumento de comunicação que torne possível uma comunicação ampla sem ter de corresponder às normas de uma língua de cultura tradicional[10]. As línguas crioulas impõem exigências às linguísticas em virtude da sua carência de estandardização e de um sistema de escrita, mas não pela necessidade de simplificação gramatical.

As antigas culturas administradas pelo estado e dirigidas pela tradição não têm o caminho aberto para a simplificação dos seus meios de comunicação pela via do desenvolvimento espontâneo dos crioulos. São por isso correspondentemente variadas as propostas de como, por meio de intervenções de planejamento linguístico, se poderia reduzir cada uma das línguas nacionais, por si ou todas em conjunto, a um sistema semiótico igualmente eficiente mas mais fácil de aprender e de utilizar. Propostas deste gênero aumentaram na Europa especialmente desde a substituição do Latim, a língua universal na Idade Média, pelo Francês no séc. XVII, e a sua análise fornece não só revelações sobre os respectivos objetivos políticos determinados, mas também sobre a situação respectiva da semiótica e da linguística.

Na maior parte das vezes foram antes os mal-entendidos semióticos ligados a estas propostas que chegaram até à generalidade das consciências. Assim se explica que apesar dos intensos esforços centenários de natureza teórica e organizativa, as chamadas línguas auxiliares universais, o Volapük, o Esperanto e o Ido, se encontrem rodeadas de uma aura especial de mistério, que faz lembrar a mistificação do sistema numérico indo-arábico nos princípios dos Tempos Modernos. O movimento que atualmente conseguiu maiores êxitos, o Esperanto, conta hoje, segundo informações próprias[11], com 16 milhões de falantes (mais ou menos competentes), que vivem predominantemente nas comunidades linguísticas mais pequenas da Europa e da Ásia, e dispõe de mais de 40.000 volumes de textos originalmente escritos em Esperanto ou traduzidos para Esperanto e que se encontram disponíveis em Londres, em Roterdã e em La-Chaux-de-Fonds (Suíça). Todavia, o europeu ou o americano médio, quando lhe fazem perguntas sobre o Valapük, o Esperanto ou o Ido, associa-lhes, antes "Abracadabra" ou "Sinsalabim". Abstraindo das dificuldades da sua execução prática, as línguas planejadas internacionais têm, porém, aspectos teóricos, que fazem com que uma discussão se apresente como muito proveitosa para os estudiosos da semiótica.

10 Já Schuchardt (1904:291 e seg.=1976:54 e seg.) chamou, neste contexto, a atenção para as línguas crioulas — com muita razão, como mostra Bickerton 1981; cfr. a exposição resumida em Bickerton 1983.

11 Cfr. Carlevaro & Lobin 1979:130.

O SISTEMA DA ESCRITA

A história do planejamento das línguas está intimamente ligada à história das técnicas culturais das línguas e à história da linguística. A mais importante técnica cultural para o alargamento das possibilidades do uso das línguas é, desde há milénios, a escrita. Ela torna os enunciados linguísticos disponíveis mesmo fora da situação em que ocorreram e ajuda assim os homens a superar a dependência contextual da fala. Não só a administração e a ciência, a literatura e a filosofia, mas também o planejamento das línguas nunca se poderia ter desenvolvido e atingido o seu estado atual sem os processos de notação escrita. Todas as línguas planejadas são nalgum sentido línguas escritas.

Mas, ao invés, já a escolha do sistema de escrita é uma decisão que marca não só o uso das línguas, mas o próprio sistema linguístico de modo tão profundo como todas as propostas de maior alcance respeitantes ao planejamento das línguas. Este fato revela-se claramente quando se percorre a evolução das línguas escritas europeias até ao seu ponto de origem, a invenção do alfabeto no segundo milênio antes de Cristo.

Quem pretende fixar de maneira precisa enunciados linguísticos, não pode confiar nem numa escrita ideográfica pura como os ideogramas dos Aztecas e dos Maias, nem numa escrita monossilábica como os logogramas dos Chineses: tem de escolher uma escrita fonética.

A escrita fonética mais natural é um código silábico, isto é, um sistema de escrita que decompõe os complexos fonéticos dos enunciados linguísticos em sequências de silabas, atribuindo um carácter gráfico a cada sílaba[12]. As crianças de todo o mundo que escandem as frases ritmicamente em coro, decompõem-nas sem dificuldade em sequências silábicas. As escritas silábicas surgiram em diversos pontos do mundo, independentes umas das outras.

Apesar disso, as escritas fonéticas que hoje em dia predominam no mundo não são escritas silábicas, mas escritas alfabéticas. Este tipo de escrita não se fica pelo nível da sílaba, mas reconstrói cada sílaba como uma sequência de segmentos fônicos menores e atribui a cada um destes segmentos fônicos um carácter: uma letra. Ao contrário do que sucede com a detecção das silabas, a detecção destes segmentos fônicos constitui para as crianças grandes dificuldades que têm de ser superadas com muito trabalho ao longo de vários anos de escolaridade. Mas isto também não é de admirar, se se considerar que os segmentos fônicos induzidos por letras não se pode muitas vezes (por exemplo nos ditongos ou nas africadas) nem identificar acusticamente como segmentos físicos do continuam fônico, nem com facilidade isolar auditivamente como porções da sensação perceptiva. Nem todo o

12 Helmut Lüdtke 1969 mostrou isto da maneira mais convincente.

complexo fônico linguístico é suscetível de se decompor, sem lacunas e sobreposições, numa sequência de segmentos subsilábicos dos quais cada um, reproduzido por si, fosse reconhecível como determinado som da língua, nem se pode atribuir a cada uma das letras de uma palavra em escrita alfabética o mesmo aspecto acústico ou auditivo em todas as palavras[13]. Esta deficiência não se limita às escritas que se originaram dum modo natural, mas é extensiva também aos sistemas fonéticos postulados pelos linguistas. Sons linguísticos subsilábicos são construções culturais sugeridos pela técnica cultural da soletração[14]. Quem analisa uma palavra em segmentos fônicos induzidos por letras não descobre por exemplo a sua estrutura fônica imanente, mas introduz aí uma codificação que corresponde a convenções culturais.

Como pode surgir um sistema de escrita que é tão pouco natural e que intervém tão fortemente na estrutura fônica das palavras de todas as línguas, como a escrita alfabética? E por que razão se propagou por todo o mundo depois do seu aparecimento?

A resposta a estas duas perguntas reside novamente no esforço necessário à comunicação.

Em primeiro lugar, a questão do aparecimento. Se não havia uma base fonética para a escrita alfabética, então terá de se procurar noutro lado o seu fundamento linguístico (Lüdtke, 1969). O alfabeto é uma invenção semítica; e as línguas semíticas são Línguas fletidas que têm em comum uma particularidade gramatical: a estrutura silábica de uma palavra, que nas línguas semíticas consiste na maior parte das vezes em três sílabas, mantém-se quase sem exceção na conjugação e na declinação (mesmo também nas derivações verbais e nominais), sob a forma de uma raiz, ao passo que as vogais estão sujeitas a transformações (e além disso são acrescentados sufixos, prefixos e infixos). Deste modo, pode-se construir, por exemplo no Arábico[15], a partir do morfema lexical ktb, que significa "escrever", as seguintes formas:

kataba "ele escrevia"

uktub "escreve"

kitãb "a coisa escrita, livro"

kutúbi "negociante de escritos, livreiro"

13 Cfr. Pilch (1964:90): "Segmentos fonemáticos não são unidades temporalmente discretas da onda sonora, do movimento articulatório ou da impressão auditiva. E também não se podem obter por via de qualquer divisão 'natural' da onda sonora, do movimento articulatório ou da impressão auditiva".

14 Cfr. Ladefoged (1959:401): "the ultimate basis for the belief that speech is a sequente of discrete units is the existente of alphabetic writing. This system of analysing speech and reducing it to a convenient visual form has had a considerable influente on westem thought about the nature of speech. But it is not the only possible, nor necessarily the most natural, form of segmentation".

15 Cfr. Röllig 1965:736.

Enquanto o morfema lexical e com ele a parte significativa "escrever" se mantém em todas as formas, as vogais mudam dentro destas, mudando em virtude disso também os significados gramaticais complementares. Nas línguas semíticas as vogais são, pois, móveis num duplo sentido:

a) foneticamente: na maioria das sílabas não se deixam determinar inequivocamente como segmentos temporais dentro do continuum fônico;

b) gramaticalmente: são diferentes, consoante a forma flexional ou derivacional duma palavra.

A um autor que quisesse compreender a flexão das palavras das línguas indo-europeias não teria de modo nenhum ocorrido o confronto de vogais e de outros segmentos fônicos subsilábicos, pois o critério determinante para isso foi um critério gramatical (b), proveniente de uma gramática que não possuía qualquer validade sistemática para as línguas indo-europeias.

Mas para os Fenícios, a distinção das vogais do resto dos complexos fônicos linguísticos foi uma questão natural. Eles registavam todas as formas de palavras atrás referidas, com a abstração das vogais, da mesma maneira – como ktb. E aí é importante notar que as expressões desta natureza foram primeiro entendidas como sequências silábicas com espaços vazios que eram deixados por representar, uma vez que, conforme a flexão da respectiva palavra, eram preenchidos por várias vogais (ou não). Por conseguinte, também a escrita fenícia era nos seus primórdios uma escrita silábica que foi, posteriormente, adaptada à estrutura gramatical das línguas semíticas, ao deixar não marcados os elementos mutáveis na flexão das palavras.

Só os Gregos, ao adotarem a escrita fenícia no início do primeiro milênio antes de Cristo, é que fizeram da escrita silábica gramaticalmente modificada, uma genuína escrita alfabética, tendo reinterpretado certos símbolos dos Fenícios de acordo com as exigências da sua língua indo-europeia.

Isto prova-se já pela primeira letra do alfabeto fenício (em Fenício ***Aleph***, em Grego ***alfa***, em lat. ***A***). Entre os Fenícios, representava sílabas iniciadas pelo oclusiva glotal (como no Alemão em ***be'achten)*** (por ex. ***'a***, ***'i, 'u***). Em conformidade com a designação fenícia desta letra ***Aleph***, os Gregos em cuja língua a oclusiva glotal não tem uma função sistemática – atribuíram-lhe o valor fonético ***a***. De modo semelhante surgiu o jota grego, o ***i*** latino, a partir do Jod fenício; e o ómicron grego, o ***o*** latino, a partir do Ayin fenício etc.[16]

16 Cfr. Jefferey 1961:2 e segs.

Só a separação, gramaticalmente condicionada, das partes silábicas móveis e fixas dos Fenícios, e a introdução de sinais de escrita para uma notação explícita também das partes silábicas móveis (no Semítico, fonética e gramaticalmente; no Grego só foneticamente) é que tornaram possível a escrita alfabética.

Esta evolução foi um processo eminentemente semiótico: uma invenção específica de uma língua e a sua posterior adaptação às circunstâncias de outras línguas, portanto um instrumento prático de fixação fonética, alterou fundamentalmente, pela sua utilização constante, também o modo de percepção da língua fonética. (a) Já os antigos gramáticos racionalizaram a introdução da escrita alfabética ao afirmarem que as vogais eram as transições e as consoantes os pontos de paragem nas sílabas; no Hebraico ainda hoje se designam as vogais de "móveis" e as consoantes de "fixas". (b) Pela retroprojeção da estrutura da escrita greco-latina sobre a estrutura fonética das palavras estabeleceu-se, ao longo de uma prática de escrita trimilenária, a opinião de que as palavras faladas eram, como os seus equivalentes escritos, cadeias de elementos idênticos; o estudo da soletração nas escolas primárias levou a que o europeu alfabetizado médio "ouça" nas palavras, mesmo abaixo do nível das sílabas, efetivamente sequências fônicas. De uma construção fisicamente inexistente e acusticamente impossível de assinalar, construção a que originalmente, mesmo na percepção dos falantes das línguas indo-europeias, nada correspondia, surgiu uma realidade psíquica pela habituação a uma técnica cultural veiculada pela tradição.

Não bastava que os leigos alfabetizados julguem ouvir, a partir das suas palavras, a estrutura das sequências das letras; também os linguistas das culturas soletrantes – que, a dizer a verdade, deveriam ter desde o princípio descoberto o fenômeno esboçado e analisado o mesmo cientificamente – cederam durante muito tempo a sua força sugestiva. Saussure (1916, p. 145) compreende embora que o continuum fônico ("ruban amorphe"), considerado em si, não fornece nenhum fundamento para a segmentação sistemática abaixo do nível da sílaba; mas isso não o impede de afirmar que o continuum fônico se podia estruturar, para todo aquele que saiba que funções têm os seus segmentos, numa cadeia de sons isoláveis ("chaine phonique"). A evolução da Fonética no sentido de um processo analítico para a determinação dos fonemas, nas suas versões de Fonologia (Trubetzkoy, 1939); Fonêmica (Bloomfield, 1933; Pike, 1947) e Fonemática (Hjelmslev, 1943; Martinet,1960), elevou depois, numa forma aperfeiçoada, o processo de soletração a método linguístico: os fonemas são complexos fônicos que distinguem os morfemas, complexos que, analogamente às letras, são entendidos como segmentos fônicos.

Só o aperfeiçoamento da fonética acústica e a impossibilidade cada vez mais evidente de representar acusticamente os fonemas de uma língua por via física, é que puseram em evidência a análise fonêmica como aquilo que ela é: uma técnica cultural útil e não uma descrição científica de uma realidade linguística independente da cultura[17].

Este corte ao longo da história do sistema de escrita fonética foi esboçado aqui até este pormenor para mostrar quanto estamos expostos a mistificações da língua consoante o respectivo nível (ou falta) de conhecimentos linguísticos. Uma mistificação típica de muitos fonólogos, fonêmicos e fonemáticos é a opinião de que embora os fonemas tenham por vezes variantes subfonêmicas, estas se poderiam teoricamente desprezar, eram praticamente desnecessárias e, antes, prejudiciais a uma comunicação sem obstáculos. Este mal-entendido sugerido pela técnica da descrição levou a que se estivesse face à mutação fonética sem a compreender e se entendesse a excluí-la da descrição linguística como acidente da história da língua. Conduziu ainda a que se considerasse como a melhor língua aquela que apresentasse o menor número de variantes.

Chegados a este ponto, estas considerações tornam-se relevantes para a avaliação dos esforços no âmbito do planejamento de línguas: muitos planejadores de línguas querem, com toda a seriedade e a partir da escrita, criar línguas em que cada letra tenha a mesma pronúncia em todas as posições em que ocorra. Uma formulação típica deste ideal encontra-se na "Gramática Integral da Língua Internacional" de Louis Beaufront (1908, p. 8) aprovada por Louis Couturat: "Todas as restantes letras do alfabeto acima apresentado são pronunciadas como em bom alemão e sempre do mesmo modo, qualquer que seja a sua posição dentro da palavra". Esta é uma proposta que postula um absurdo fonético. Não é exequível para o aparelho articulatório humano. Ela é hoje em dia posta em prática, mas pelos nossos aparelhos de produção sintética de fala, construídos de modo super simplificado em virtude da falta de conhecimentos linguísticos. Que os seus produtos se tornaram – por virtude da violação flagrante de princípios de pronúncia natural – num símbolo da fascinação e da violentação provocada pelo progresso técnico, mostram-no as composições populares do Rock eletrônico como por exemplo "Wir sind die Roboter…" (Nós somos os Robots…) do grupo Kraftwerk (1978).

Traduzido do alemão Sprache—Schriftsprache—Plansprache,
por Antônio Capataz Franco — Universidade do Porto.

17 Cfr. Lüdtke 1969:148 e segs., assim como Bailey & Maroldt 1983.

REFERÊNCIAS

BAILEY, N. **An universal etymological English dictionary**. 2. ed. London: [s.n.], 1724.

BEAUFRONT, L. de. **Linguo internacional di la Delegitaro**. London: Pitman, 1908. Tradução de R. Thomann: *Vollständige Grammatik der Internationalen Sprache*. Stuttgart: Franckh.

BENN, G. **Gesammelte Werke**. 4 v. Wiesbaden: Limes, 1959.

BICKERTON, D. **Roots of language**. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BICKERTON, D. Kreolensprachen. **Spektrum der Wissenschaft**, n. 9, p. 110-118, 1983.

BLACK, M. **The labyrinth of languag***e*. New York: Praeger, 1969. Tradução de H. E. Brekle: *Sprache*. München: Fink, 1973.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1933.

CARLEVARO, T.; LOBIN, G. (ed.). **Einführung in die Interlinguistik (Enkonduko en la Interlingvistikon)**. Alsbach/Bergstraße: Leuchtturm-Verlag, 1979.

CASSIRER, E. **Essay on man: an introduction to a philosophy of human culture**. New Haven: Yale University Press, 1944. Tradução de W. Krampf: *Was ist der Mensch: Versuch einer Philosophie der menschlichen Kultur*. Stuttgart: Kohlhammer, 1960.

CLAIBORNE, R. **Die Erfindung der Schrift**. Reinbek: Rowohlt, 1974.

DIRSCHERL, K. Semiotik in Frankreich. **Zeitschrift für Semiotik**, v. 3, p. 385-400, 1981.

FREGE, G. **Grundgesetze der Arithmetik**. Jena: Pohle, 1893. Reimpressão: Darmstadt: Olms, 1966.

GOODMAN, N. ***L*anguages of art: an approach to a theory of symbols**. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1968. 1. ed. Indianapolis: Hackett, 1976. Tradução de J. Schlager: *Sprachen der Kunst – Ein Ansatz zur Symboltheorie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

HAUPENTHAL, R. (ed.). **Plansprachen**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1976.

HJELMSLEV, L. **Omkring sprogteoriens grundlaeggelse**. Kopenhagen: Munksgaard, 1943. Tradução de R. Keller, U. Scharf e O. Stdtzel: *Prolegomena zu einer Sprachtheorie*. München: Hueber, 1974.

JEFFEREY, L. H. **The local scripts of archaic Greece**. Oxford: Clarendon, 1961.

LEWIS, D. **Convention: a philosophical study**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969. Tradução de R. Posner e D. Wenzel: *Konventionen – Eine sprachphilosophische Abhandlung*. Berlin; New York: W. de Gruyter, 1975.

LÜDTKE, H. Die Alphabetschrift und das Problem der Lautsegmentierung. **Phonetica**, v. 20, p. 147-176, 1969.

MARTINET, A. **Éléments de linguistique générale**. Paris: Armand Colin, 1960.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1921. 2. ed. 1958.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. **Linguistique historique et linguistique générale**, Paris: Champion, 1921. 2. ed. 1958, p. 130-158.

MENNINGER, K. **Zahlwort und Ziffer: eine Kulturgeschichte der Zahl.** 2 v. Breslau: F. Hirt, 1934. 2. ed. revisada e ampliada: Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1958.

ORWELL, G. **1984**. London: Secker and Warburg, 1949. Tradução de W. Wagenseil: *1984*. Zürich: Diana, 1950.

PIKE, K. L. **Phonemics: a technique for reducing languages to writing**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1947.

POSNER, R. Syntactics: its relation to morphology and syntax, semantics, and pragmatics, syntagmatics and paradigmatics. **Arbeitspapiere zur Linguistik**, v. 15, p. 165-199, 1983.

POSNER, R. Die Zahlen und ihre Zeichen: Geschichte und Ökonomie der Zahldarstellung. In: OEHLER, K. (ed.). **Zeichen und Realität. Tübingen: Stauffenberg,** 1984. p. 141-158. Versão preliminar em *Grazer Linguistische Studien*, v. 19, 1983.

RÜLLIG, W. Die Keilschrift und die Anfänge der Alphabetschrift. **Studium Generale**, v. 18, p. 729-742, 1965.

SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale**. Ed. C. Bally, A. Sechehaye e A. Riedlinger. Lausanne; Paris: Payot, 1916. Tradução de H. Lommel: *Grundfragen der allgemeinen Sprachwissenschaft*. Berlin: W. de Gruyter, 1931. 2. ed. 1967.

SCHNELLE, H. **Sprachphilosophie und Linguistik: Prinzipien der Sprachanalyse a priori und a posteriori.** Reinbek: Rowohlt, 1973.

SCHUCHARDT, H. Bericht über die auf Schaffung einer künstlichen internationalen Hilfssprache gerichtete Bewegung. **Almanach der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften**, v. 54, p. 281-296, 1904. Reimpressão em HAUPENTHAL, 1976, p. 46-58.

TRUBETZKOY, N. S. **Grundzüge der Phonologie**. Prag: Cercle Linguistique, 1939.

WETTLER, M. **Sprache, Gedächtnis, Verstehen**. Berlin; New York: W. de Gruyter, 1980.

CC BY NC SA